

● Vítor Reia-Baptista
Universidade do Algarve, Portugal

Quem vê o quê? TV no âmbito da literacia dos media

Who sees what? Contributions for an open debate about television in the context of media literacy

Nos últimos anos, em Portugal, tem-se desenvolvido algum debate público em torno dos diferentes papéis da televisão junto de alguns dos sectores mais jovens da população, seja enquanto meio prioritário de entretenimento, seja enquanto meio privilegiado de informação, seja enquanto possível meio de aprendizagens, ou mesmo enquanto simples (ou bastante complexa) «baby sitter». Este debate, que a seu tempo foi de certo modo promissor pelo facto de se ir estabelecer no panorama televisivo português uma nova entidade reguladora (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) acabou por se esvaír e não contribuir grandemente para qualquer conhecimento mais aprofundado do problema. Vejamos porque.

During some of the most recent years, in Portugal there has been a public debate going on about the different roles of television near some of the youngest sectors of the population, either as a priority medium of entertainment, as a privileged medium of information, as a possible medium of learning experiences, or just as a simple (or rather complex) «baby sitter». This debate that seemed to become a promising one, especially at the time of the implementation of a new regulation entity (Regulation Entity for the Social Communication) faded away and did not contribute for any deeper knowledge of the problem. Let us see why.

Literacia dos media, audiências jovens, serviço público, televisão comercial.
Media literacy, young audiences, public service, commercial television.

O debate em Portugal sobre a importância das funções televisivas e dos seus papéis comunicacionais, informativos e educativos junto das camadas mais jovens tem já alguma consistência, pelo menos desde os vários encontros e seminários organizados pela AEM (Associação Educação e Media) no final dos anos 90¹ sobre os diferentes tipos de problemas e as muitas questões televisivas que se podem colocar em discussão pública e investigacional. Na sequência de alguns desses debates registam-se várias obras de investigação e reflexão que foram sendo publi-

❖ Vítor Reia-Baptista é professor de Ciências da Comunicação, Literacia dos Media e Linguagens Fílmicas na Universidade do Algarve em Faro, Portugal (vreia@ualg.pt).

cadadas ao longo desta última década e das quais se destacam as de Ponte (1998); Pinto (2000) e Pereira (2007). No entanto, num período muito particular de finais de 2005, na perspectiva de nova legislação e sobretudo de uma nova entidade reguladora para a comunicação social, a ERC, foram publicados alguns artigos de opinião e debate nos principais meios da comunicação social escrita portuguesa, cujo principal objectivo era desenvolver e aprofundar o movimento de reflexão e análise sobre alguns pontos mais específicos que por diferentes motivos e em diferentes ocasiões se tornaram alvo de interesse público, nomeadamente as questões recorrentes da violência nos media em horários nobres para os públicos infanto-juvenis e a respectiva regulamentação classificativa, assim como a sempre recorrente, mas do mesmo modo assíduo tão ignorada, questão da qualidade e sobretudo quando esta diz respeito a sectores da população que tradicionalmente têm o seu acesso aos meios da esfera pública bastante limitado para poderem exprimir os seus anseios e preocupações. Assim, um grupo de investigadores da Universidade do Minho publicava por essa altura, no jornal Público, um texto colectivo onde se podia ler a seguinte:

«Se os canais generalistas se dirigem a todos os portugueses, usando para isso uma concessão pública, seria lícito esperar que a entidade formalmente responsável pela decisão sobre a renovação das licenças auscultasse a opinião pública e não se confinasse ao silêncio dos seus gabinetes»².

Deste trecho podemos extrair a seguinte grande questão relacionada com os desígnios televisivos e os seus públicos, muito particularmente com o seu público infanto-juvenil:

De facto, as entidades reguladoras não têm tradição de auscultação da opinião pública nem meios adequados para tal, pelo que essa eventual função estará quase sempre reduzida a uma ínfima dimensão na sua actividade reguladora, mas sobretudo não se antevê como é que qualquer função deste tipo poderia ser levada a cabo junto dos sectores infanto-juvenis sem que se salientassem de forma significativa e provavelmente aberrante toda uma série de atitudes moralistas, paternalistas e proteccionistas que denotam a sua essência com as habituais classificações normativas (leia-se bolinhas vermelhas e outros distintivos semelhantes), na convicção de que elaboram padrões de segurança e orientação, mas na certeza factual de que para quase nada servem a não ser espicaçar a curiosidade dos mais novatos, inexperientes e incautos públicos. Ou seja, num tal contexto, devemos-nos questionar sobre quem vê o quê, por conta de quem e às expensas de quem, para que depois possa regulamentar com a devida propriedade e inquestionável autoridade?

Duas semanas depois de ser publicado o texto acima referido, um grupo de investigadores da Universidade do Algarve, no qual me incluo, publicavam no mesmo jornal um texto sequencial em que se introduzia a questão da qualidade como factor primordial a integrar o debate sobre as funções da televisão face aos seus públicos, nomeadamente os mais jovens, donde se podem extrair alguns trechos que ilustram as diferentes dimensões desta questão, designadamente no que toca as dimensões da literacia dos media, ou seja, «da necessidade sentida, em vários contextos internacionais, mediáticos e académicos, de um melhor estado de Literacia dos Media por parte dos cidadãos consumidores e dos próprios agentes mediáticos»³.

É esta necessidade de um estado aprofundado de literacia dos media que, se faz sentir a vários níveis e da qual tomam consciência vários agentes, especialmente os próprios media, que, no entanto, parece estar assiduamente arredada do universo de análise e de deliberação que caracteriza a esfera da regulamentação. Assim, referia-se então que «ao invés de realçar os aspectos negativos da questão, seria talvez mais produtivo propor parâmetros de qualidade, assentes numa série de princípios que poderiam nortear as futuras apostas na produção de programas de ficção pelas emissoras. Por exemplo, considerando que a televisão proporciona uma experiência colectiva e cria laços sociais entre diversas comunidades e sectores populacionais de diferentes características sociais, étnicas e etárias, é necessário que a televisão crie narrativas que possam ser consideradas «úteis» e que possam agregar valores na vida quotidiana dos telespectadores»⁴.

Ao se considerar o potencial cognitivo e estético do meio televisivo, percebe-se que as suas narrativas predominantes podem ser «úteis» em diferentes sentidos, como por exemplo, para entreter e desviar a atenção da realidade, tanto junto dos mais jovens como dos mais velhos (as grelhas generalistas são um bom exemplo disso) mas, de igual modo, também podem alertar para questões políticas, sociais e éticas de forma relativamente eficaz, como tem acontecido em alguns exemplos de grande projecção mediática e de impacto social. Além disso, podem estimular o processo de auto-conhecimento dos indivíduos e as suas relações sociais, nomeadamente junto dos mais jovens e do seu forte sentido grupal, originando debates de ideias e diferenças de opiniões, inicialmente adquiridas no campo do cognitivismo mediático e, aliás, intuídas pela generalidade das entidades reguladoras e outras entidades supervisoras dos media ou de decisão política, embora o sejam, geralmente, apenas pela suas implicações mais negativas. E continuava o artigo, «o momento é apropriado para pensarmos em boas formas de alargar o campo ao

desenvolvimento de alguma das características intrínsecas à natureza da televisão para criar, contar e compartilhar narrativas que sejam «úteis» e que contribuam não somente para a democratização da sociedade, mas também para uma mudança de foco da completa banalização temática que assolou a comunicação social»⁵.

São essas narrativas que acabam por predominar nos ecrãs de todos os tamanhos que hoje nos rodeiam, televisivos ou não, sempre que os contextos se proporcionam à sua propagação nos espaços públicos renovados. O espaço público, em si, terá sempre a qualidade resultante da intervenção de todos os agentes que ponteiaram na esfera pública. Seremos mais cultos se granjearmos maiores índices de literacia a todos os níveis, seja no campo literário propriamente dito, incluindo o consumo de jornais, onde nós portugueses somos significativamente subdesenvolvidos, no campo cívico-funcional onde somos peritos num certo improviso e na inconsciência dos efeitos gerados, ou no campo audiovisual onde somos grandes consumidores, mas completamente acríticos e até auto-comisericadores. Estas tendências manifestam-se também nos contextos televisivos de nova geração, como por exemplo o «You Tube». Nesse sentido, recomendava-se então já às futuras entidades reguladoras que «vejam com olhos de ver, ouçam com ouvidos de ouvir e vão tomando notas ao sabor dos impulsos mais imediatos durante umas boas horas de visionamento dos mosaicos de programação existentes («reality shows», telenovelas, videodiscos e até mesmo notícias)», juntando-se-lhes agora a imensa paisagem da televisão digital, a qual exige ainda mais atenção e conhecimento dos elementos comunicacionais e geracionais em causa.

Não é por acaso que o termo «edutainment» ganhou uma dimensão de extraordinária importância mesmo junto das entidades que noutros contextos, supostamente mais sérios, descartam a importância das dimensões cognitivas em jogo. Os muitos géneros e as incontáveis combinações de linguagens presentes nos trechos que povoam a paisagem do «You Tube», estão lá bem vinculados para não nos deixarem esquecer essas mesmas dimensões.

Estes artigos que aqui foram referenciados, despertaram na altura a atenção de vários comentários, por exemplo na blogoesfera da especialidade, e de algumas críticas que fariam supor a continuidade do debate e da atenção da esfera pública a estes problemas.

Tal não aconteceu. Provavelmente por várias razões, mas uma delas, deve-se decididamente ao facto das entidades reguladoras não tomarem consciência da própria natureza do debate e do seu relacionamento directo com os problemas geracionais das jovens audiências que essas entidades supostamente protegem, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento dos níveis de literacia, os quais nunca se podem aprofundar com proibições, ou bolas vermelhas, mas sim com a abertura de diálogo e com programas críticos que abordem a vários níveis estas mesmas questões, incluindo as abordagens de tipo «edutainment». Talvez então, a televisão que queremos actuante e interveniente, possa passar do estado indolente de simples mas retorcida «babysitter» a quem os reguladores têm de vigiar constantemente, para um veículo mediador de lazeres mais autónomo, mas também mais credível como fonte de saberes e de literacias em pé de igualdade e de responsabilidade com qualquer outro meio mais ou menos literário na sua essência e mais ou menos construtor de espaços de crescimento individual e público junto das suas audiências, sobretudo as mais jovens.

Notas

i «Relevante foi, neste contexto, a constituição em 1997 da Associação Educação e Media (AEM), que realizou, nos finais dos anos 90, encontros anuais de docentes, promoveu formação específica e trouxe ao país alguns nomes relevantes da área da educação para os media no panorama internacional. Esta dinâmica associativa surgiu na cidade galega da Corunha, quando num encontro internacional ali realizado em 1995, as cerca de duas dezenas de docentes portugueses presentes consideraram ter chegado a hora de instituir uma associação. Um grupo ligado à Escola Superior de Educação de Setúbal teve nesse processo um papel dinamizador importante», em PINTO, M. (2003).

2 Em Público de 07-11-05.

3 Em Público de 22-11-05.

4 Ibidem.

5 Ibidem.

Referências

- PINTO, M. (2003): «Correntes da educação para os media em Portugal: retrospectiva e horizontes em tempos de mudança», em Revista Ibero-Americana de Educação, 32. OEI (www.rieoei.org/rie32a06.htm).
- PINTO, M. (2000): A Televisão no quotidiano das crianças. Lisboa, Afrontamento.
- PEREIRA, S. (2007): Por detrás do ecrã: televisão para crianças em Portugal. Porto, Porto.
- PONTE, C. (1998): Televisão para crianças - o direito à diferença. Lisboa, E.S.E. João de Deus.
- PONTE, C. (2005): Crianças em notícia. Lisboa, ICS.
- REIA-BAPTISTA, V. y BORGES, G. (2005) «Por um debate da televisão de qualidade no espaço público», em Público. Lisboa.